

Moçambique

Em 2012 foram mínimos os progressos de Moçambique no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O Conselho de Ministros aprovou o novo Plano Nacional de Acção para a Criança (2013-2019). O Ministério do Trabalho treinou inspetores provinciais de trabalho sobre o trabalho infantil, que incluiu material sobre leis nacionais e internacionais relativas ao trabalho infantil. O Governo começou a preparar o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil, a ser apresentado conjuntamente com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em 2013. No entanto, persistem várias lacunas no quadro legal de Moçambique. Não existe uma relação de tarefas perigosas proibidas às crianças e as proibições para a prostituição infantil são incompletas. Os atuais programas de proteção social concentram-se no aprofundamento da consciência e nas crianças de rua, mas não abordam os setores em que as crianças são usadas no trabalho perigoso. As crianças em Moçambique continuam a ser usadas nas piores formas de trabalho infantil, incluindo atividades perigosas na agricultura e no trabalho doméstico.

Este relatório mostra que as seguintes iniciativas contribuiriam para eliminar as piores formas de trabalho infantil em Moçambique:

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Leis e Regulamentos	Reformar a legislação trabalhista, identificando atividades perigosas que seriam proibidas às crianças.	2009, 2010, 2011, 2012
	Elevar a idade para o fim da educação compulsória, tornando-a compatível com a idade mínima para o emprego.	2009, 2010, 2011, 2012
	Zelar para que se proíba, em quaisquer circunstâncias, o recrutamento militar de crianças de menos de 18 anos.	2010, 2011, 2012
	Emendar o Código Penal e a Lei sobre a Protecção da Criança para incluir a proteção de todas as crianças contra todas as formas de exploração sexual, incluindo a prostituição infantil, pornografia infantil, tráfico de crianças e turismo sexual infantil.	2010, 2011, 2012
	Aprovar regulamentos para implementar a Lei do Tráfico de Pessoas e a Lei sobre a Protecção da Criança.	2009, 2010, 2011, 2012
	Esclarecer se o MITRAB tem poderes para efetuar inspeções trabalhistas em estabelecimentos não comerciais.	2011, 2012

Área	Iniciativas Sugeridas	Ano(s) em que as Iniciativas Foram Recomendadas
Coordenação e Fiscalização	Criar um mecanismo para coordenar a política e as iniciativas sobre as piores formas de trabalho infantil.	2010, 2011, 2012
	Alocar recursos suficientes para que o MITRAB efetue inspeções.	2009, 2011, 2012
	Zelar para que a Inspeção-Geral do Trabalho vise setores onde é sabido que há crianças trabalhando, incluindo a agricultura.	2009, 2010, 2011, 2012
	Criar mecanismos para identificar vítimas do tráfico de crianças e da exploração sexual comercial.	2011, 2012
	Usar as disposições da Lei sobre a Proteção da Criança que proíbe a exploração sexual, para levar à justiça os envolvidos na exploração sexual de crianças.	2012
	Disponibilizar publicamente informações acerca dos setores em que foram realizadas inspeções e impostas penalidades por transgressões relativas ao trabalho infantil.	2009, 2010, 2011, 2012
Políticas	Zelar para que o Plano Nacional de Acção para a Criança (2013-2019) disponha dos recursos necessários para sua implementação.	2012
	Tomar medidas para garantir que as crianças, particularmente meninas, tenham acesso à educação de qualidade e segurança nas escolas, inclusive processando judicialmente os professores que exigem sexo com alunos como condição para aprovação escolar.	2010, 2011, 2012
	Avaliar o impacto das atuais políticas de educação e outras sobre o trabalho infantil.	2010, 2011, 2012
Programas Sociais	Elaborar programas de proteção social que ajudem a criança que trabalha em setores como a agricultura ou o serviço doméstico e as vítimas de tráfico.	2010, 2011, 2012
	Avaliar o impacto do programa de alfabetização da UNESCO sobre o trabalho infantil.	2010, 2011, 2012